



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Ata da 24ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia Plenária Extraordinária

1 Ao terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte, às quatorze horas, iniciou-se a
2 vigésima quarta plenária extraordinária, realizada virtualmente, do décimo oitavo
3 plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participaram nessa ocasião: Adinete
4 Souza da Costa Mezzalira, Ana Paula Soares da Silva, Ana Sandra Fernandes
5 Arcoverde Nóbrega, Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Antonio Virgílio
6 Bittencourt Bastos, Célia Zenaide da Silva, Dalcira Pereira Ferrão, Isabela Saraiva de
7 Queiroz, Izabel Augusta Hazin Pires, Katya Luciane de Oliveira, Losiley Alves
8 Pinheiro, Maria de Jesus Moura, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Marina de Pol
9 Poniwias, Marisa Helena Alves, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Norma Celiane
10 Cosmo, Rodrigo Acioli Moura, Tahiná-Khan Lima Vianey. Ana Sandra Fernandes
11 Arcoverde Nóbrega inicia a reunião saudando as¹ participantes, e informa que Fabián
12 Javier Marín Rueda e Robenilson Moura Barreto não puderam participar por motivo
13 de força maior. As justificativas foram aceitas pelo plenário. **1. ATIVIDADES DO**
14 **GRUPO DE APOIO A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA**
15 **REFORMA PSIQUIÁTRICA E DA LUTA ANTIMANICOMIAL.** Isabela
16 Saraiva de Queiroz informa que na última semana aconteceu mais uma reunião da
17 Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial
18 com a ampliação de entidades, convidados e parlamentares. Além desta, a conselheira
19 acrescenta que na última quinta-feira aconteceu uma reunião com os representantes
20 de todos os regionais quando foi apresentada a eles essa construção da frente
21 parlamentar a nível nacional e estadual. Isabela comenta que no dia dezesseis de
22 outubro acontecerá a primeira reunião ampliada da Frente que contará com a
23 participação de todos os regionais, parlamentares nacionais e estaduais. Como
24 encaminhamento dessa reunião, foi retirada a solicitação da continuidade de
25 encontros dos representantes da saúde mental dos regionais, que já tem um próximo
26 encontro agendado para o dia vinte e dois de outubro. Miraci Mendes, Coordenadora
27 do CFP, ressalta que durante toda a reunião que aconteceu com os regionais, as
28 representantes do Federal deixaram nítido que o CFP não está à frente do movimento
29 da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial,
30 mas sim apoia a constituição desses movimentos. **Encaminhamentos:** Não houve. **2.**

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

31 **PROCESSO ELEITORAL DO CONANDA.** Marina de Pol Poniwas comenta que
32 participou, no dia anterior, de uma reunião da sociedade civil do CONANDA
33 (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), quando foi
34 comunicado o início do processo eleitoral, com eleições previstas para acontecer
35 virtualmente no dia quatorze de dezembro, e destaca que eles possuem preocupação
36 em relação à redução da participação da sociedade civil de quatorze para nove
37 entidades, redução esta proposta pelo governo. **Encaminhamentos:** Não houve. **3.**
38 **ATA 23ª PLENÁRIA - XVIII PLENÁRIO DO CFP.** Ana Sandra comenta que o
39 objetivo desse ponto é a apreciação da ata da 23ª Plenária. **Encaminhamentos:** Ata
40 da 23ª Plenária aprovada pelo plenário. **4. PUBLICAÇÃO DO DECRETO**
41 **10.502/2020 – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.** Norma
42 Celiane Cosmo comenta que foi publicado em trinta de setembro, o Decreto 10.502
43 que institui uma nova Política Nacional de Educação Especial. A conselheira comenta
44 que a política em vigor é a publicada em dois mil e oito, baseada na perspectiva
45 inclusiva, e que nessa nova proposta foi retomado o molde da década de noventa,
46 que oferece às famílias escolas especiais ou então salas especiais dentro das escolas, o
47 que para Norma é um retrocesso e volta a pregar a segregação. Norma comenta que,
48 assim que foi publicado, várias entidades e grupos de pesquisas de universidades se
49 pronunciaram contra esse novo decreto, e destaca a necessidade de o CFP se
50 posicionar também, e criar outras ações para enfrentar as discussões a respeito desse
51 novo decreto. **Encaminhamentos:** a) Foi constituído um grupo de trabalho do CFP
52 com a participação de Adinete Souza Da Costa Mezzalira, Ana Paula Soares Da
53 Silva, Izabel Augusta Hazin Pires e Norma Celiane Cosmo; b) Ainda serão
54 convidadas para participar desse GT: Vitória Bernardes Ferreira (CDH/CFP) e Rafael
55 Ribeiro Filho (CRP17); c) Esse GT irá elaborar uma minuta de posicionamento do
56 CFP em relação ao Decreto 10.502/2020, para a próxima semana; d) CFP e esse GT
57 deverão organizar uma reunião com os regionais para pensar em ações conjuntas do
58 Sistema Conselhos. **5. DIA INTERNACIONAL PARA A REDUÇÃO DE**
59 **RISCOS DE DESASTRES.** Marisa Helena Alves comenta que no dia treze de
60 outubro é comemorado o Dia Internacional para a Redução de Riscos de Desastres,
61 que foi instituído pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) e
62 vem sendo comemorado desde mil novecentos e noventa. A conselheira defende a
63 importância desse dia e desse tema, e sugere que seja feita uma ação.
64 **Encaminhamentos:** a) Elaborar um card para ser veiculado nas redes sociais para
65 comemorar esse dia; b) Realizar uma entrevista em vídeo com o GT Emergências e
66 Desastres e definir com a Gerência de Comunicação do CFP como ela será veiculada.
67 **6. INDICAÇÃO DE NOVAS REPRESENTAÇÕES PARA OS ESPAÇOS**
68 **OCUPADOS PELA CONSELHEIRA ALESSANDRA ALMEIDA.** Ana Sandra
69 comenta que o objetivo desse ponto é indicar novas representantes para os espaços
70 atualmente ocupados pela conselheira Alessandra Almeida, que ficará
71 temporariamente afastada dos trabalhos do CFP, enquanto durar o processo eleitoral
72 que ela está participando. Ana Sandra faz a leitura dos espaços em que a Conselheira

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

73 Alessandra representa o CFP e destaca a necessidade de os conselheiros se
74 prontificarem a ocupá-los. **Encaminhamentos:** Irão ocupar os espaços,
75 temporariamente, conforme segue: FNPLA (Frente Nacional pela Legalização do
76 Aborto): conselheira Tahiná-Khan Lima Vianey; CNDM (Conselho Nacional dos
77 Direitos da Mulher): conselheira Tahiná-Khan Lima Vianey; c) CNDM/CM-PNPM
78 (Câmara de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres do
79 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher): conselheira Tahiná-Khan Lima Vianey;
80 d) CNDH/CPD-PSRua (Comissão Permanente dos Direitos da População em
81 Situação de Rua do Conselho Nacional de Direitos Humanos): conselheiro Rodrigo
82 Acioli Moura. **7. NOVA INDICAÇÃO DE CONSELHEIROS PARA GT DA**
83 **APAF POLÍTICAS PARA MULHERES.** Ana Sandra comenta que como esse
84 ponto não será discutido na APAF de dezembro, é possível aguardar o
85 desdobramento do afastamento da Conselheira Alessandra e posteriormente em
86 dezembro, definir uma nova conselheira para substituí-la, caso necessário.
87 **Encaminhamentos:** Pautar esse ponto novamente para uma plenária do mês de
88 dezembro, caso a conselheira Alessandra não volte a ocupar sua função no plenário
89 do CFP, pois será necessário escolher uma nova conselheira para ocupar esse espaço.
90 **8. DESIGNAÇÃO DE NOVO RELATOR PARA PROCESSO.** Miraci comenta
91 que a conselheira Dalcira Ferrão relata impedimento para ser a relatora desse
92 processo, para o qual havia sido anteriormente designada. Frente a isso é necessário
93 designar um novo relator. **Encaminhamentos:** Rodrigo Moura Acioli foi designado
94 como novo relator desse processo. **9. ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE**
95 **RETORNO ÀS AULAS.** Anna Carolina Lo Bianco Clementino comenta que em
96 agosto o CFP foi convidado por Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos
97 Direitos Humanos, para participar de um projeto que está sendo desenvolvido por ela,
98 de acolhimento de volta às aulas, direcionado a funcionários e alunos de todo o
99 Brasil. Anna Carolina comenta que isso já foi discutido com a diretoria do CFP, e
100 avaliaram ser essa uma questão bastante ampla e complexa, envolvendo inclusive
101 questões econômicas. A conselheira comenta que o Ministério enviou a proposta de
102 projeto, mas que ele foi avaliado pelo CFP como bastante primário e frágil, e que as
103 recomendações do CFP se concentrariam num espaço determinado dentro desse
104 projeto. Izabel Augusta Hazin Pires comenta que a temática é bastante importante,
105 porém é necessário ter cuidado, considerando que essa responsabilidade é dos
106 municípios e estados. Além disso, a conselheira acrescenta que o CFP já emitiu
107 diversos documentos orientativos a respeito desse assunto. **Encaminhamentos:** O
108 CFP deve elaborar resposta seguindo a linha de que o CFP já tem documentos de
109 orientação sobre a temática publicados, declinando o convite. **10. PROCESSO**
110 **ELEITORAL: CNDH 2020-2022 - INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE.** Ana
111 Sandra relembra que na última plenária foi apresentado às conselheiras a convocação
112 das organizações da sociedade civil para a eleição do Conselho Nacional dos Direitos
113 Humanos (CNDH) para a o mandato 2020-2022, com dezoito vagas no total, sendo
114 que serão eleitas nove representações da sociedade civil como titulares e nove

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

115 representações como suplentes e o mandato é de dois anos (2020-2022). Ela destaca
116 que o CFP já enviou sua inscrição para a vaga e que nesse momento é necessário
117 fazer a indicação do representante do CFP para concorrer neste processo eleitoral.
118 Ana Sandra comenta que já foi feito um debate prévio na diretoria do CFP, e
119 considerando que essa eleição será bastante complexa, uma vez que o governo tem
120 muito interesse nesse espaço, que este é um local bastante importante para o CFP
121 estar inserido e que a pessoa indicada precisa ser articulada politicamente inclusive
122 para ganhar a eleição, a diretoria gostaria de indicar Rogério Giannini, pela sua
123 experiência, trajetória e articulação política nessa temática. A conselheira destaca que
124 essa é apenas uma indicação, mas que a prioridade de ocupação dos espaços é de
125 integrantes do plenário, e abre para considerações das conselheiras. Algumas
126 conselheiras se manifestaram favoráveis à indicação feita. **Encaminhamentos:** A
127 indicação de Rogério Giannini como representante do CFP para concorrer às eleições
128 do CNDH foi aprovada pelo plenário. **11. AVALIAÇÃO DE TESTES**
129 **PSICOLÓGICOS.** Katya Luciane de Oliveira informa que o objetivo deste ponto é
130 avaliar os pareceres elaborados pela CCAP (Comissão Consultiva em Avaliação
131 Psicológica) a respeito dos testes “Goal Drivers Diagnostic - Teste Psicológico” e
132 “Escala de Inteligência Wechsler para adultos - WAIS III - Atualização de Normas”.
133 A conselheira procede à leitura dos pareceres, a saber: a) “Goal Drivers Diagnostic -
134 Teste Psicológico” o parecer foi “A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica,
135 verificando que o instrumento não atende aos critérios mínimos constantes na
136 Resolução CFP nº 09/2018, considera o mesmo desfavorável para uso na prática
137 profissional.”; b) “Escala de Inteligência Wechsler para adultos - WAIS III -
138 Atualização de Normas” o parecer foi “A Comissão Consultiva em Avaliação
139 Psicológica, verificando que o instrumento atende aos critérios mínimos constantes
140 na Resolução CFP 09/2018, considera o mesmo favorável para sua atualização de
141 normas.” **Encaminhamentos:** Os pareceres da CCAP foram aprovados pelo
142 plenário. **12. DELIBERAR SOBRE CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO**
143 **EM NEUROPSICOLOGIA.** Izabel Augusta Hazin Pires comenta que a
144 Neuropsicologia foi reconhecida como área de especificidade da Psicologia pelo
145 Conselho Federal de Psicologia em 2004. No entanto, é um domínio de formação e
146 prática que ainda não foi significativamente contemplado nas últimas gestões do
147 CFP. Por esse motivo, propõe algumas ações no sentido de fomentar o debate e
148 possibilitar a construção de orientações que subsidiem os processos de avaliação e
149 intervenção, que caracterizam os processos de trabalho da neuropsicóloga. Izabel
150 comenta que o objetivo desse ponto é propor ao Plenário a criação de Grupo de
151 Trabalho do CFP em Neuropsicologia. **Encaminhamentos:** Aprovada pelo plenário
152 a criação do grupo de trabalho do CFP constituído por representantes da CCAP, bem
153 como por representantes das entidades científicas da neuropsicologia e avaliação
154 psicológica, sendo um representante do Instituto Brasileiro de Neuropsicologia
155 (IBNeC), um representante da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia (SBnP) e um
156 representante do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP). **13.**

¹ **No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

157 **POSICIONAMENTO DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA**
158 **FRENTE AOS RETROCESSOS DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE**
159 **MENTAL.** Ana Sandra comenta que o grupo dos Presidentes do Sistema Conselhos
160 definiram em reunião a criação de uma Nota de Posicionamento do Sistema
161 Conselhos de Psicologia frente aos retrocessos da Política Nacional de Saúde Mental,
162 que deverá ser publicada no dia dez de outubro, por ser o Dia Mundial da Saúde
163 Mental. A conselheira acrescenta que o objetivo desse ponto é apreciar essa nota, que
164 já foi aprovada pelos plênários dos regionais. Rodrigo procede à leitura da Nota.
165 **Encaminhamentos:** Nota aprovada pelo plenário, com a observação de corrigir o
166 trecho “Transcorridos mais de 30 anos de luta por uma política antimanicomial” no
167 segundo parágrafo. **14. GT DE ESTÁGIOS.** Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
168 comenta que foi mencionado no FENPB (Fórum de Entidades Nacionais da
169 Psicologia Brasileira) que as ações a respeito do estágio de forma remota deveriam
170 continuar, e não ficarem restritas à publicação do documento que foi feita em agosto.
171 O conselheiro comenta que, como desdobramento desse trabalho, poderia haver uma
172 ação, em parceria com entidades do FENPB (ABEP - Associação Brasileira de
173 Ensino de Psicologia e ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação
174 em Psicologia), a produção de uma avaliação da experiência de práticas e estágios à
175 distância por meio de um estudo, pesquisa e levantamento com alunos, professores e
176 coordenadores, a ser realizada no final de novembro/dezembro e também, após
177 sistematização destes dados, produzir novos seminários com a intenção de devolver à
178 sociedade uma avaliação e reflexão sobre esta experiência de estágios remotos, a
179 serem realizados no início do próximo ano. **Encaminhamentos:** As propostas
180 apresentadas foram aprovadas pelo plenário. **15. REVISÃO DA RESOLUÇÃO**
181 **11/2018.** Ana Sandra comenta que será necessário rever a resolução 11/2018, que é a
182 resolução que regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios
183 de tecnologias da informação e da comunicação, porque foi verificado que existem
184 vários pontos críticos nela. Paralelamente a isso, Ana Sandra sugere que seja
185 realizada uma pesquisa com as psicólogas que fizeram esse tipo de atendimento, para
186 que o CFP tenha informações mais fidedignas de como está sendo essa experiência.
187 **Encaminhamentos:** Não houve. **16. PROGRAMA NACIONAL DE**
188 **GENÔMICA E SAÚDE DE PRECISÃO.** Rodrigo comenta que no dia dezoito de
189 setembro aconteceu uma reunião com o Ministério da Saúde com o Ministério da
190 Ciências e Tecnologias para falar sobre o Programa Nacional de Genômica e Saúde
191 de Precisão que é um programa de especialização multiprofissional. Segundo eles,
192 esse projeto surgiu de uma pesquisa e conversa com outros países, quando
193 perceberam o quanto o Brasil está atrasado nas pesquisas classificadas como
194 medicina de precisão, que aborda doenças raras. Frente a isso, a ideia é criar um
195 Programa de incentivo e qualificação de profissionais na formação para que o Brasil
196 possa crescer na questão de Genoma de doenças raras, e a Psicologia estaria
197 envolvida nas duas frentes que o programa irá trabalhar. Rodrigo comenta que o
198 objetivo desse ponto é avaliar o interesse de o CFP em participar da construção desse

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

199 programa. Houve um debate no plenário a respeito da importância de participar desse
200 projeto, e a maioria das conselheiras não se sentiram seguras para decidir pela
201 participação ou não do CFP. **Encaminhamentos:** a) Consultar os outros conselhos
202 profissionais para verificar a avaliação e a adesão ao projeto; b) Participar da
203 construção da minuta, inicialmente, para uma sondagem e conhecimento de conteúdo;
204 c) Após a participação na próxima reunião e a consulta aos demais conselhos de
205 classe, e a construção dessa minuta, pautar esse ponto novamente para uma plenária,
206 para definir se o CFP continuará participando ou não. **17. ANÁLISE DE**
207 **CONJUNTURA.** Ana Sandra comenta que a reunião de análise de conjuntura sob a
208 ótica da Reforma Administrativa nas Políticas Públicas, avaliada como essencial para
209 o Sistema Conselhos, foi remarcada para o dia dez de outubro às quatorze horas. A
210 conselheira pede autorização ao plenário para estender esse convite ao Márcio Cruz,
211 da Usina de Ideias, responsável pelo planejamento estratégico do CFP, e também às
212 servidoras do CFP, dada à importância de todas estarem a par dessa discussão.
213 **Encaminhamento:** a) Foi autorizada a extensão do convite às servidoras e a Márcio
214 Cruz; b) Comunicação deve gravar a reunião para ser utilizada ou disponibilizada
215 posteriormente. **18. ADESÃO DO CFP: CARTA A PARLAMENTARES EM**
216 **DEFESA DO MNPCT - SOLICITA APOIO AO PDL Nº 389/2019.** Célia
217 Zenaide da Silva comenta que existe um Projeto de Decreto Legislativo que está no
218 Congresso Nacional com a tentativa de enfraquecer o mecanismo Nacional de
219 Prevenção e Combate à Tortura. Frente a isso, as entidades da sociedade civil,
220 integrantes do CNPCT (Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) estão
221 escrevendo uma carta para ser enviada ao Congresso e convidou o CFP para assinar
222 essa carta conjuntamente. Célia procede à leitura da carta. **Encaminhamentos:**
223 Aprovada a adesão do CFP na assinatura da Carta a Parlamentares em defesa do
224 MNPC, caso ela abra novamente o prazo para assinatura. A reunião plenária foi
225 encerrada às dezessete horas. Esta ata foi lavrada por mim, Fabián Javier Marín
226 Rueda, Conselheiro-Secretário, e assinada por todos os presentes nomeados.

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscricas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Sandra Fernandes Arcoverde, Conselheira Presidente**, em 09/05/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adinete Sousa Da Costa Mezzalira, Conselheira(o)**, em 10/05/2022, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o)**, em 10/05/2022, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Célia Zenaide da Silva, Conselheira(o)**, em 13/05/2022, às



11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tahina-Khan Lima Vianey, Conselheira(o)**, em 20/05/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Losiley Alves Pinheiro, Conselheira(o)**, em 24/05/2022, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 26/05/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katya Luciane De Oliveira, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Norma Celiane Cosmo, Conselheira(o)**, em 27/05/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 09/06/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Helena Alves, Conselheira(o)**, em 11/06/2022, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Soares Da Silva, Conselheira(o)**, em 14/06/2022, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria De Jesus Moura, Conselheira(o)**, em 04/07/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 27/07/2022, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0546069** e o código CRC **2B48236C**.
